



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

PLENÁRIO NACIONAL DE QUADROS SINDICAIS ISCTE, 30 de janeiro de 2026

Francisco Gonçalves

Secretário-geral da FENPROF

Boa tarde a todas e a todos!

Camaradas,

Em boa hora decidiu o Secretariado Nacional da FENPROF convocar este Plenário Nacional de Quadros Sindicais.

Estamos a cinco dias da reunião negocial com o MECI, reunião onde ficaremos a conhecer o que quer o governo alterar nos concursos e nas habilitações para a docência. Será que no próximo ano letivo teremos um abaixamento das habilitações para a docência e os diretores com poderes para vincular, reconduzir e contratar professores?

Estamos, também, a nove dias das eleições presidenciais, eleições onde a opção é entre a decência e a indecência. A FENPROF não tem dúvidas, neste ato eleitoral a única forma de combater o discurso de ódio é votar em António José Seguro.

Vamos entrar, agora, na fase a doer da revisão do ECD. É precisamente em momentos destes que um sindicato mais depende da luta dos professores. Este encontro de dirigentes, delegados e ativistas sindicais marca o arranque desta nova fase.

As intervenções dos dirigentes, delegados e ativistas sindicais que se seguirão a esta não deixarão de se debruçar sobre os vários problemas com que estamos confrontados, bem como projetar as iniciativas e as lutas sindicais a encetar.

Não esqueçamos o contexto atual, estamos perante:

- uma recuperação do tempo de serviço docente que, apesar de aquém do exigido, parece fazer crer a muitos que estão a usufruir de uma benesse e não a recuperar tempo roubado;
- um governo em modo de sobrevivência, dependente, no mínimo, da abstenção do PS ou do Chega para a aprovar leis;
- uma Assembleia da República muito inclinada para a extrema da direita, e os seus líderes ufanos com os resultados da primeira volta das eleições presidenciais;

- uma política económica da União Europeia apostada no crescimento do orçamento militar, no desmantelamento da administração pública e no estrangulamento e privatização dos serviços públicos;

- as habituais investidas do conformismo “tudo vai bem com o melhor ministro de sempre” e do voluntarismo “estamos desgraçados e a FENPROF não fez nada por nós”.

Enfim, clássicos da vida sindical!

É nosso propósito neste debate, para além da aprovação da moção lá mais para o final, aprofundar um conjunto de matérias, até porque, como sabemos, no programa do governo nada escapa ao propósito de visitar, revogar, reformar, rever e extinguir.

Sobre o **Pacote Laboral**, e depois da grande manifestação de 8 de novembro, da greve geral de 11 de dezembro e da manifestação e entrega das 190.000 assinaturas contra o pacote laboral, o governo não só ficou isolado como foi obrigado a recuar. A estratégia de aprovar o pacote laboral em novembro na concertação social, com os patrões e a UGT, ou o plano B, aprovar Assembleia da República com a IL e o CHEGA em dezembro teve que ficar em *stand by*. No entanto, terminadas as presidenciais vão voltar à carga. Convém não esquecer que o pacote laboral não só se aplica aos professores como o seu o resultado final condicionará a revisão do ECD.

Na **revisão do ECD**, a FENPROF não só não aceita a introdução do **ReCAP**, o referencial de competências da administração pública, no perfil do docente como exigirá a expurgação do mesmo (e das suas implicações) dos/nos vários capítulos do ECD: nos mapas de pessoal / quadros de pessoal, no recrutamento, na formação e na avaliação do desempenho. Importa sublinhar que o MECI considera a inclusão do ReCAP no ECD uma mera formalidade, consideração que 10 organizações sindicais creem verdadeira.

A FENPROF não é dada a crenças!

Ainda na **revisão do ECD** no que se refere às **Habilitações para a Docência**, a preocupação maior é que o problema da falta de professores não justifica o vale tudo. Não ter habilitação profissional para lecionar, como alguns procuram fazer crer, não é potencialidade, é lacuna. Só uma sólida formação inicial, científica e pedagógica, garante uma educação de qualidade. E perante a urgência de recorrer à vinculação de docentes com habilitação própria, o MECI tem que garantir, urgentemente, a profissionalização em serviço.

E quanto aos **Concursos**, que também integram a **revisão do ECD**, se olharmos para o programa do governo e se considerarmos o afirmado por alguns diretores, quase parece que com os diretores a vincular, reconduzir e contratar se resolve o problema da falta de

professores, como se a falta de professores resultasse de quem tem o poder de colocar e não da desvalorização da carreira. Só que a questão de fundo é o poder. Entre o poder do diretor e o concurso nacional e a graduação profissional não temos dúvidas, a realidade ajuda-nos - a pouca vergonha que foram as BCE do tempo de Nuno Crato.

Mas temos ainda outras matérias a considerar, como a **Revisão Curricular**, que o ministro anunciou para 2027/2028. Uma revisão curricular que engloba alterações às Aprendizagens Essenciais, às cargas horárias das disciplinas e a fusão do 1.º e 2.º ciclos. Foi feita alguma avaliação do que está em vigor? Qual é a proposta em concreto? Porque não foram envolvidas as organizações profissionais e as organizações sindicais? Porque não se faz uma discussão pública alargada? Quais os propósitos escondidos? São motivações pedagógicas ou de gestão da falta de professores?

E relativamente à **Inteligência Artificial**? Quais os desafios que esta nos traz no que se refere aos processos de aprendizagem dos alunos, sejam eles do ensino superior ou de ensino não superior, e ao nível da produção científica? Que impactos poderá ter na administração educativa, na ecologia e, acima de tudo, qual a mão que a guiará, a dos interesses do mercado ou a do interesse público que os Estados deveriam defender?

E sobre a **Gestão e Administração Escolar** e a **Municipalização**? O programa do governo prevê a criação do Estatuto do Diretor e alterações ao diploma da gestão e administração escolar e o ministro não o tem escondido. O propósito é, claramente, o de avançar no caminho da criação dos plenipotenciários gestores escolares, assim impõe o neoliberalismo educativo, assim pretende Fernando Alexandre. Na municipalização, logo que concluído o processo de enchimento das CCDR de pessoal político, e em conjunto com a AGSE, a intenção é, conforme consagra, também, o programa do governo, distribuir responsabilidades, entre o nível nacional, regional e municipal: na rede escolar, no recrutamento, na avaliação do desempenho, na oferta formativa.

E quanto à **reorganização do MECI**, a tal matéria que para alguns a FENPROF nada fez? Fica um breve apontamento cronológico:

- a 31 de julho de 2025, foi aprovada em Conselho de Ministros a reorganização do MECI;
- a 1 de agosto de 2025, a FENPROF publicou uma NCS intitulada “Reforma do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI): O velho anseio da direita, ou o objetivo de Nuno Crato que Fernando Alexandre se propõe cumprir: implodir o Ministério da Educação”;
- a 4 de agosto de 2025, é publicado no JN um artigo de opinião de um dos secretários-gerais da FENPROF intitulado “Agenciar a gestão do sistema educativo no ensino não superior”;

- no dia 28 de agosto, é publicado o DL 99/2025, que extingue DGAE, DGEstE, IGeFE e cria a AGSE;

- no dia 29 de agosto de 2025, a FENPROF, publica NCS intitulada “Reforma do MECI: Centralização, ausência de diálogo e risco para a escola Pública”;

- a 16 de setembro de 2025, a FENPROF solicita parecer sobre eventual inconstitucionalidade do DL 99/2025 ao Provedor de Justiça;

- a 18 de dezembro de 2025, a FENPROF recebeu o parecer do Provedor de Justiça, o qual afirma que o DL 99/2025 não está ferido de inconstitucionalidade;

- no processo de revisão do ECD a FENPROF não só não deu acordo quanto à inclusão do ReCAP no ECD, tal como não dará a eventuais alterações à natureza do vínculo público, como deixou claro que voltará ao assunto em todos os temas que o justifiquem e no sentido de o expurgar.

É caso para perguntar onde estavam a 1 de agosto os que agora apontam o dedo e revelam tanta preocupação?

Servirá tudo isto para nosso consolo? Claro que não! Fique, porém, uma certeza: a luta continua e é contínua. Cá estamos, cá estaremos, em cada tema da revisão do ECD para remover tudo o que prejudique os professores. E, agora, que vamos entrar na fase a doer, necessitamos dos professores ao nosso lado.

No final do período de intervenções, as centrais e as dos dirigentes, delegados e ativistas que se inscrevam, o José Feliciano Costa apresentará as conclusões deste encontro. De seguida procederemos à aprovação da moção e por último, a Manuela Mendonça, deixará aqui um apontamento sobre a delegação da IE que foi impedida pelo Estado de Israel de entrar na Cisjordânia, na Comemoração do Dia Internacional da Educação.

No final deste plenário uma delegação do Secretariado Nacional deslocar-se-á à presidência do Conselho de Ministros para entregar a moção aprovada neste plenário.

Vamos a isto!

Bom debate!